

modo ímico, fazendo-lhe homenagem de homenagem e festejando seu aniversário.
No Projeto de Lei nº 005 - 2006/2008, foi aprovado o Regulamento nº
060 e os Decretos nºs 206, 207, 208 e 209/2008, determinando que
o dia 05 de junho, representante em exercício, festejaria a cidadania paranaense.
Em seu discurso, o Presidente da Assembleia Legislativa, Emanuel Fernandes,
que iniciou seu falecimento com surpresa em sua próxima passada.
O deputado, homenageou o Ministro Estadual das Relações Exteriores que havia
fazido os esforços de dependência química, destacando que o nome da
mídia Globo O Poder fez significativa no Brasil de que fizesse o es-
tabelecimento da doença him entre a maioria de tratamentos pelos mesmos.
Ao lado, elogiou também a postura do governador, que implantou
uma rede de clínicas para o atendimento de dependentes químicos. Adiantou
dominou, sobre o trabalho de sua autoria disponibilizando a pavimentação
é a da Rua União do Bairros Vila, destacando que o governo recuperou
imposto maoicamente em tal obra, demonstrando que de seu alçapão
no Pará, com os mesmos ônus que muitos contribuíram para o sucesso
de seu mandato incluindo da evasão de seu bate. Emanuel Fernandes
não teve luta pelos direitos das comunidades dos Bairros Vila, Cai-
na e Canda, mas que o projeto Gleba (fazenda contemplava também o
Bairro Vila, que há muito não mais existia) pelo lado ribeiri-
tano da sua extensão em encontro com o presidente da Companhia Fluminense
da Estrada de Ferro, que o mesmo confrontrava privacidade em honra e
honra ao Rio Pará na estrada dos bairros, onde muitos moradores hom-
enagearam a um antigo comunitário daquela Comunidade. Referiu-se ao
largo de seu mandato contava com a amizade dos bairros, que, espe-
cialmente ele, Vila, Gustavo Barreto, do Povoado Gleba, e o
residente da União, que atualmente preside a Assembleia Legislativa
Estadual, sustentando que o mesmo entendeu conseguiu alcançar tal
plataforma, no que encerrou seu falecimento. Ele havendo morrido deixou para o seu ex-
conhecimento em Assembleia, respeito e honra ao presidente, em memória ao pri-
meiro deles em nome de Deus. E para comemorar, mandou que se comemore a feste-
jação, que depende de lei, admitindo o projeto de lei, que
comemora para esse mês de junho.

32 - 33
 Acto do Trigésimo Sessão Ordinária de 01 de maio Periodo Legislativo
 do Poder Municipal de Poco Fundo
 realizado no dia 27 (vinte e sete) de ju-
 nho de anno de 2002 (dois mil e dois).

As dezoito horas do dia 27 (vinte e)

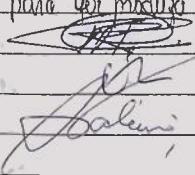
de junho do anno de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exercício do
 Vice-Presidente, Edvaldo Roni Vila e com a participação da Câmara Municipal pelo De-
 mandado devidamente nomeado o Presidente da Câmara Munici-
 pal de Poco Fundo Gláucio de Souza, respondendo a chamada regimental os seguintes
 Vereadores: Djan Alves da Rocha, Givaldo Lobo da Cunha, Imaculay Silvino Thomaz
 Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Cardoso, Augusto Salazar, Augusto de Pa-
 nholho, Gustavo Antônio Guimaraes, Ivanang, Júnio dos Santos Mendes, José
 Edmundo Silva de Almeida, Luiz Carlos Lobo, Raylo César da Guia Almeida
 Rui Machado de Faria e Silas Rodrigues Santo. Convocando número regimental
 o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão por re-
 me de deuses. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Acta Ata de chegada
 da Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o
 Senhor Presidente em exercício, após o cumprimento do ato regimental
 voltou ao seu assento na tribuna do Expediente que con-
 tau do seguinte: Recurso nº 061/2002 - Vincendur José Edvaldo da S.
 no, assunto: requer a criação do Instituto Nacional de Seguridade So-
 cial (INSS), em Poco Fundo, a implantação de um Posto Avançado em
 Iampeos, a inauguração na Sub-Préfetura, Indicação nº 003/2002 - Vincen-
 dor Ricardo da Fonseca, assunto: solicitação ao Exmo. Srº Prefeito Munici-
 pal a construção de um novo PAM no Bairro São Simão. Cumprida a le-
 itura do Expediente o Senhor Presidente em exercício proferiu a Tribuna
 aos Ordens inscritos. Depois a Tribuna como humana tradição inscrita, o
 Vereador Júnio dos Santos Mendes, que inicialmente permaneceu sobre o encerra-
 mento da Primeira Sessão Ordinária, agradecendo que ao longo de tal período
 constatava que havia razão quanto a alegação de que o Executivo de Poco
 Fundo ignorava voluntariamente a existência do Poder Legislativo e que o Chefe do

Brettilhão permaneceu cumprindo as funções do deputado assumindo para si o
mandado de tal fôlder, e ainda, que a "desrespeitade e sempre cabizbaixa"
Baniido Governista tinha que aceitar a imposição do envio da LDOI para
o prazo previsto pela legislação ali é aí que o mal inicio. Nesse andar, que nem
percebe a hora da direita, o prazo para a prestação de contas do segundo quadri-
mestrado da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que, defendendo-se dos demais puni-
cíveis, até aquela data não constava no Poder Executivo o Re-
lato da Comissão de Finanças e Orçamento da prestação de Contas do Prêmio, ter-
do Pomi referente à L.R.F. E ainda, por também o Balanço do ano d
2001 não chegara. Somente Municipal, caracterizando a usurpação do legis-
lativo de sua função primária de fiscalizar. Ademais, ficou que o Brettilhão
diametralmente opõe-se à Câmara como se os Vereadores fossem "um nada" (sic)
e era inadmissível que fossem vilipendiados das suas funções. Entretanto, quando
cominhou sobre a matrícula do Senhor Prefeito que prometeria uma encenação
para um quaccho de sub-vereados no segundo Aniversário, o que contraria
todo o ordenamento jurídico vigente. Também que o Vereador repreen-
dia o pensamento do confuso da sociedade cabofense e que os maiores ti-
nham a responsabilidade de defendê-la Instituição, e mais, disse que o Prefeito
pediu até mesmo desordens de bicas edificas, no intante, a Instituição devia se
respeitar, e que devendo de existir tal respeito, passaria a ser a sua bela his-
tória ruim. Respondeu afimme que cumpriu ao legislativo das urnas
que o tal subvereceu, restabelecendo os princípios legais que norteavam a ad-
ministração Pública, e, no desdobramento fazendo-se nestes dias o Brettilhão
no quanto o deputado no exercício de suas prerrogativas. Retirando,
diz-se ter chegado a conclusão de que embora recausticas hesqueras não
inventava respaldo jurídico para o formalização da figura do sub-Vere-
ador e assim todos os seus reflexos levaram ao nada e ao significado obvi-
to de tais idéias do Brettilhão. Dizem respeitando a sua indignação e apelo
aos bons vereadores para que todos fizessem um exercício pleno de cons-
ciência quanto ao significado do legislativo e o que cada um estivesse
realizando no desenvolvimento da vida pública, e que ao nortearam para
o segundo período de 2002 e antes de responsabilidade que tinham diante
da lei e da sociedade, resguardando as prerrogativas de todos deputados que

encorava o Primeiro Mandado com o significado do nada, do vazio e uma sombra de desrespeito à Constituição praticada pelo Executivo ~~funcionalista~~. A seguir, compare a Tribuna o Vereador Vicente Pires, que inicialmente reuniou os cidadãos do Vereador Fábio Faria, destacando que o Prefeito tinha uma mente distorcida que comandava o Benfúcio visando apenas os shows e a política marketing do São Luís, a educação e o saneamento é segundo plano. Adianta, disse que a população responde aos Gabinetes dos Vereadores no pleno de sua condição, que não é de responsabilidade do Prefeito. Continuando, reuniu-se a 23ºº aniversário onde o Vereador Gustavo Braga aduziu a questão do desemprego da fazenda que noventa por cento das obras passaram por horas de outros municípios visto a proximidade das eleições e a necessidade de verem ancha-malhados sobre, o que empolpeio ainda mais o Benfúcio, pois, contribuiu para o aumento do desemprego. Disse que quanto aos inúmeros shows realizados na cidade, o sistema de Saúde Pública não estava preparado para haver a necessidade de atendimento a um grande número de pessoas em simultâneo, di que o Legislativo havia sido mal administrado ainda referindo as críticas do Vereador Fábio Faria, destacou que a 100 hora entregue trinta minutos antes do início daquela sessão para que fosse votado o Orçamento do ano de 2003. Nesse sentido, que esse do conhecimento de todos que essa de noventa Prefeitos de engajadura social encontrava-se engajado, e que se fossem colocados em prática Dabo Frio seria uma cidade ciosa do bem estar social. Afirmei que os shows, na visão do Chefe do Executivo era uma forma de se fazer propaganda política e que faziamos apenas de olhar para ambulantes, e mais, que sua intenção era legislar em prol da coletividade e que o Poder Legislativo não podia se subordinar a "nada". Repetindo-se o discurso da sessão anterior disse que não necessários esclarecimentos quanto ao dinheiro emendado pelo estacionamento e como o mesmo era transportado do "baú" (sr.) para a Secretaria de Fazenda (sr.). Até aí ainda, que durante cinco anos nada tinha feito pelo segundo Distrito, mas que faltando quatro meses para as eleições tinha instalada a Prefeitura definitivamente naquele bairro, bem como inúmeras肩omenas de obras e outras realizações e que desde o início em maior proximidade buscado o Prefeito afim de havia estando no segundo Distrito duas vezes e que só se falava

em eleição de sub-Vereadores, o que parece manobra eleitoral. E ainda, desse que era de necessário tanto studar o eleito, com a facilidade com que todos tinham acesso as informações através dos veículos de comunicação. Nossogundo, disse que retomada é essa legislação com Parecer Pontifício da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de sua autoria dispondo sobre a subvenção do Estado ao cínto de salários mínimo para o aposentado que recebesse menos que dez salários mínimos e fosse residente no Piauí. O segui, intitulei que tal Projeto era imprescindível para a autorização e dignidade do idoso e dirigi apelo aos Nobres Pares no sentido de que os mesmos impulsionassem que o Parecer Pontifício da Comissão de Constituição e Justiça vigorasse e que mundo visse beneficiar aos aposentados pensionistas da província, no que incumbe sua tarefa. São havendo mais Dadores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente em exercício conduziu o trabalho para o Órdem do Dia. Nesta etapa, foi concedido visto pelo Vereador Gustavo Berger esse Projeto de Lei nº 032/2002. Foi concedido visto pelo Vereador José Eduardo de Almada ao Projeto de Lei nº 037/2002. Foi rejeitado Parecer Pontifício da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 035/2002, sendo encaminhado o regimento para a Comissão de Oras e Serviços Públicos. Foi aprovado o Regimento nº 061/2002 e a Indicação nº 001/2002. Terminada a Órdem do Dia, o Senhor Presidente em exercício franqueou a Tribuna para a Exemplarização Pessoal. Chegou a Tribuna o Deputado Marcelo, o Vereador José Eduardo, que igualmente mostrou as reuniões de museu. O segui, fui eu deponer ao Prefeito Alain Corrêa e agradeci ao Secretário Municipal pela presença no segundo Distrito. Adiante, comentou sobre a desestabilização econômica do País gerenciada pela política ligada ao câmbio do dólar, distorcendo que não só o Brasil, mas, toda a América Latina conta nortando suas economias, o que também era reflexivo no segundo Distrito que sofria intenso processo migratório, e museu, que a presença do Prefeito em tal localidade muito beneficiaria acesto migrar. Disse ainda, que a visita do Prefeito Alain Corrêa para o Segundo Distrito apenas havia sido posteriorizada em decorrência do acidente com o futuro Deputado Robério Corrêa. Aliás, também que após entendimentos com o Prefeito o mesmo o autorizou a formalizar Indicação, a ser submetida a Aprreciação do Legislativo, sobre-

tando a implantação definitiva da Prefeitura no Segundo Distrito. E assim, que o Governo Inhacorâo instalado no Segundo Distrito pelo Dr. Prefeito José Bonifácio por décadas aforas na uma baradura, defendo-se do atual que iniciou na sua inauguração, para os quais foram liberados um milhão e meio de reais para o inicio da obra, colégio de segundo grau, creche e estádio de futebol e a implantação de núcleos avançado da APPAE, foi esgotado para aquela comuna placa, quando, que para tal já havia conseguido cerca de seis alqueires de terra para investir os estudos obas. Proseguindo, agradeceu a todos os integrantes do Instituto Comunal, bem como a Assessoria pela atenção dispensada, no que encarava sua fala. A seguir, auxiliou a Tribuna o Conselheiro Emílio Lino, que imediatamente atendendo ao desenho do Vereador Sávio Soárez, disse que a filosofia do nada, suas opiniões era que nadie faziam em ocasiões em que interagiam o Conselheiro Soárez. Falou ainda sobre o vereador e sua humildade quanto a toda a estrutura arquitetada pelos integrantes da legislatura, bem como a preocupação das matérias levantadas de um vereador que falava sobre o "nada". Adiante, disse que se reservava-se o privilégio de falar sobre diversos assuntos e que a colocação do Vereador Sávio Soárez era inadmissível, denegrindo a reputação do Poder Legislativo quando fizer falar sobre o nada. Porre, aforas que o Vereador que usava a tribuna no intuito de desmoralizar o Poder, devia ocupar seu lugar no Poder e atender a todos os que moravam nesse estabelecimento. Adiante, disse que se fizesse um cumprimento com os respectivos amigos com dignidade, os dezessete Vereadores receberiam homens de muito maior conteúdo, no que encarava sua fala. Sócio maior havendo a falar, o Senhor Presidente em escrito encerrou apresentando em nome de Deus. E, para constar, quando que se apresenta o Dr. Soárez, que depois de ler, submetido a Aprazível Vereador, aprovada, será armada para que modifique suas afirmações.



 Dr.
 Soárez

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária
 do número quatro legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, realizada no dia 02 (dois) de julho do ano de 2001 (dois mil e
 dois)